



**PROCESSO ADMINISTRATIVO 36/2023**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2023**

**I — DO FATO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOFTWARE COM MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO CORRETIVO E EVOLUTIVO PARA CONEXÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E O IGP/SC PARA A O ENVIO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS NECESSÁRIOS PARA A CONFECCÃO DAS CARTEIRAS DE IDENTIDADE.**

**II — DO AMPARO LEGAL**

A situação apresentada caracteriza hipótese de inviabilidade de competição, de modo a autorizar a inexigibilidade de licitação, nos termos, do Caput, Art. 25, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações:

*“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.*

Do exposto, esta Comissão, vislumbrando-se do enquadramento de aludida contratação direta, além de que, necessita-se da referida contratação, decidindo-se por instruir o processo conforme as determinações do artigo 15, I, da Lei 8.666/93 que estabelece.

*“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:  
I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas”;  
(...)*

O art. 11 da lei 8.666/93 prevê que:

*“Art. 11. As obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento”.*

**III - DA CONTRATADA**

**GRIAULE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na AV Romeu Tortima, Cidade Universitária, No Município De Campinas,

Estado de São Paulo/ SP, inscrita no CNPJ sob nº 05.248.770/0001-71.

#### **IV- RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA**

A razão da escolha deu-se pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 2021TN000038/IGP, datado de 11 de junho de 2021, firmado entre o Município de Cordilheira Alta e o Estado de Santa Catarina, por meio do Instituto Geral de Perícias (atualmente Polícia Científica de Santa Catarina), a qual determina uso de software que esteja em conformidade com os padrões adotados pelo IGP/SC.

Conforme indicado no ANEXO I, do processo licitatório do IGP/SC a empresa Graule Ltda foi a vencedora do referido certame, portanto é a única empresa autorizada pelo IGP/SC a fornecer o software, inviabilizando deste modo qualquer outra forma de contratação ou competição.

De acordo com a Lei, os contratos celebrados com terceiros na Administração Pública devem ser necessariamente precedidos de licitação, excepcionando essa regra ressalvadas as hipóteses quando o objeto em questão se enquadrar em dispensa ou inexigibilidade.

Segundo o estatuto das Licitações, quando se tratar de compras conforme art. 15, I, da Lei 8.666/93 sempre que possível, deve-se atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas;

Nesse viés, Marçal Justen Filho alerta que:

*“A cláusula “sempre que possível” não remete à discricionariedade da Administração. Não é equivalente a “quando a Administração quiser”. A fórmula verbal torna impositiva e obrigatória a adoção das providências constantes do elenco, ressalvadas as hipóteses em que tal for “impossível”.*

Ainda:

*“A inviabilidade de competição se configura não apenas quando a ausência de pluralidade de alternativas afasta a possibilidade de seleção. Pode configurar-se inviabilidade de competição, para os fins do art. 25 da Lei n.º 8.666, mesmo quando existirem no mercado inúmeros particulares em condições equivalentes de desempenhar a prestação necessária à satisfação do interesse público. A inviabilidade de competição*



*também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida, ou ainda quando a realização da licitação inviabilizar a contratação de um entre os diversos sujeitos aptos a executar satisfatoriamente o contrato visado pela administração.*

A opinião compartilhada por Diógenes Gasparini que nos apresenta o seguinte comentário:

*“Padronizar significa igualar, uniformizar, standardizar. Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estander, um modelo. A palavra ‘princípio’ indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estander, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer as necessidades das atividades que estão a seu cargo...”.*

Conforme Adilsom Abreu Dallari:

*"sendo interesse público, o problema da determinação de marca é prerrogativa indispensável à Administração Pública... e quanto a especificação deve ser motivada apenas pelo objetivo de identificar o bem ou serviço exatamente adequado para satisfazendo o interesse público e nunca como um subterfúgio destinado exclusivamente a evitar licitação." (in "Aspectos Jurídicos da Licitação", Editora Saraiva, p. 61)*

Assim, face ao princípio da legalidade, após vencida a licitação efetuada pelo IGP/SC efetivou-se a padronização do uso do sistema de software oferecido pela empresa Griaule Ltda, para efetuar as conexões entre Município e o IGP/SC para envio e compartilhamento de dados necessários para a confecção das carteiras de identidade. Deste modo a presente contratação utiliza-se dos padrões previamente fixados contratando a empresa vencedora do referido Processo licitatório efetuado pelo IGP/SC para instalação do software.

## **V - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO**

A empresa a ser contratada apresentou a seguinte documentação:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 08/08/2023.



II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 09/08 **PROCESSO ADMINISTRATIVO 36/2023**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2023**

## **I — DO FATO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOFTWARE COM MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO CORRETIVO E EVOLUTIVO PARA CONEXÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E O IGP/SC PARA A O ENVIO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS NECESSÁRIOS PARA A CONFEÇÃO DAS CARTEIRAS DE IDENTIDADE.**

## **II — DO AMPARO LEGAL**

A situação apresentada caracteriza hipótese de inviabilidade de competição, de modo a autorizar a inexigibilidade de licitação, nos termos, do Caput, Art. 25, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações:

*“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.*

Do exposto, esta Comissão, vislumbrando-se do enquadramento de aludida contratação direta, além de que, necessita-se da referida contratação, decidindo-se por instruir o processo conforme as determinações do artigo 15, I, da Lei 8.666/93 que estabelece.

*“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:  
I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas”;  
(...)*

O art. 11 da lei 8.666/93 prevê que:

*“Art. 11. As obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento”.*

## **III - DA CONTRATADA**



**GRIAULE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na AV Romeu Tortima, Cidade Universitária, No Município De Campinas, Estado de São Paulo/ SP, inscrita no CNPJ sob nº 05.248.770/0001-71.

#### **IV- RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA**

A razão da escolha deu-se pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 2021TN000038/IGP, datado de 11 de junho de 2021, firmado entre o Município de Cordilheira Alta e o Estado de Santa Catarina, por meio do Instituto Geral de Perícias (atualmente Polícia Científica de Santa Catarina), a qual determina uso de software que esteja em conformidade com os padrões adotados pelo IGP/SC.

Conforme indicado no ANEXO I, do processo licitatório do IGP/SC a empresa Graule Ltda foi a vencedora do referido certame, portanto é a única empresa autorizada pelo IGP/SC a fornecer o software, inviabilizando deste modo qualquer outra forma de contratação ou competição.

De acordo com a Lei, os contratos celebrados com terceiros na Administração Pública devem ser necessariamente precedidos de licitação, excepcionando essa regra ressalvadas as hipóteses quando o objeto em questão se enquadrar em dispensa ou inexigibilidade.

Segundo o estatuto das Licitações, quando se tratar de compras conforme art. 15, I, da Lei 8.666/93 sempre que possível, deve-se atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas;

Nesse viés, Marçal Justen Filho alerta que:

*“A cláusula “sempre que possível” não remete à discricionariedade da Administração. Não é equivalente a “quando a Administração quiser”. A fórmula verbal torna impositiva e obrigatória a adoção das providências constantes do elenco, ressalvadas as hipóteses em que tal for “impossível”.*

Ainda:

*“A inviabilidade de competição se configura não apenas quando a ausência de pluralidade de alternativas afasta a possibilidade de seleção. Pode configurar-se inviabilidade de competição, para os fins do art. 25 da Lei n.º 8.666, mesmo quando existirem no mercado inúmeros particulares em*





*condições equivalentes de desempenhar a prestação necessária à satisfação do interesse público. A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida, ou ainda quando a realização da licitação inviabilizar a contratação de um entre os diversos sujeitos aptos a executar satisfatoriamente o contrato visado pela administração.*

A opinião compartilhada por Diógenes Gasparini que nos apresenta o seguinte comentário:

*"Padronizar significa igualar, uniformizar, estandardizar. Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estander, um modelo. A palavra 'princípio' indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estander, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer as necessidades das atividades que estão a seu cargo..."*

Conforme Adilsom Abreu Dallari:

*"sendo interesse público, o problema da determinação de marca é prerrogativa indispensável à Administração Pública... e quanto a especificação deve ser motivada apenas pelo objetivo de identificar o bem ou serviço exatamente adequado para satisfazendo o interesse público e nunca como um subterfúgio destinado exclusivamente a evitar licitação." (in "Aspectos Jurídicos da Licitação", Editora Saraiva, p. 61)*

Assim, face ao princípio da legalidade, após vencida a licitação efetuada pelo IGP/SC efetivou-se a padronização do uso do sistema de software oferecido pela empresa Griaule Ltda, para efetuar as conexões entre Município e o IGP/SC para envio e compartilhamento de dados necessários para a confecção das carteiras de identidade. Deste modo a presente contratação utiliza-se dos padrões previamente fixados contratando a empresa vencedora do referido Processo licitatório efetuado pelo IGP/SC para instalação do software.

## **V - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO**

A empresa a ser contratada apresentou a seguinte documentação:



I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 08/08/2023.

II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicilio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 10/04/2023.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 09/08/2023.

IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 12/04/2023.

V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 08/08/2023.

VI – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial, com validade 09/04/2023;

VII – Contrato social

Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 8.666/93 e, após efetuar as análises cabíveis, inclusive relativas à documentação de habilitação exigível, considerando, finalmente, o disposto no Art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, a Comissão de Licitação do Município de Cordilheira Alta, entende justificada a inexigibilidade de licitação para contratação de jornal impresso.

## **VI- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

A vigência contratual será de **DOZE MESES**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, nos termos da Lei n. 8.666/93.

## **DOS SERVIÇOS**

Os serviços deverão ser prestados Garantia de disponibilidade de conexão junto ao sistema do IPG/SC, de segunda a sexta, durante toda a vigência do contrato, das 07:30 as 17hs, fazendo a transmissão correta das informações entre as instituições, respeitando as normas da LGPD.



O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

## **VIII - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Rudimar Marafon, matrícula n. 13730/01, Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento que atuará como representante institucional, nos termos do art. 67 da Lei n. 8666/1993.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;

Efetuar o pagamento à contratada no valor, prazo e forma estabelecidos no edital;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à





execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **X- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Instalação do software que deverá fazer a conexão entre o Município de Cordilheira Alta e o IGP/SC, de modo a fazer a transferência de informações referente à captura de imagens, o confronto biométrico, bem como dados pessoais e outros dados necessários, dos cidadãos que irão solicitar a renovação ou primeira emissão de documento de identidade, de modo a possibilitar os processamentos dos cadastros de identificação para a emissão do referido documento, armazenando os dados junto ao IGP/SC, conforme Termo de Cooperação Técnica com o órgão. Inclui também suporte técnico sempre que necessário.

**O sistema deverá ser implantado e funcionar em até 5 (cinco) dias corridos após a data de contratação e assinatura do contrato.**

Efetuar a entrega em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei n. 8.078/1990;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em prazo hábil, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar o contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Arcar com o pagamento de todos os tributos envolvidos, bem como com transportes/deslocamentos. Efetuar a entrega nos locais indicados.



## **XI - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor total para execução do presente objeto é **R\$ 1.600,00** (Hum mil e Seiscentos Reais).

O pagamento será efetuado, em até 10 dias após a instalação do software em pleno funcionamento, com a apresentação da respectiva nota fiscal, que deverá estar atestada pelo gestor do contrato.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Projeto Atividade 2.093 – Elemento 3.3.90 – Despesa 12.

## **XII - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O valor da contratação afere-se pelo preço estabelecido conforme licitação do IGP/SC, descrito no ANEXO I do Termo de Cooperação Técnica nº 2021TN000038/IGP, datado de 11 de junho de 2021, firmado entre o Município de Cordilheira Alta e o Estado de Santa Catarina, por meio do Instituto Geral de Perícias (atualmente Polícia Científica de Santa Catarina).

Em verificação á outros contratos efetuados pela empresa Griaule, (anexos aos autos deste processo) sendo do Município Fraiburgo/SC e Ilhota/SC observa-se que o valor está condizente ao que já vem sendo executado no mercado pela empresa.

## **XII – DAS PENALIDADES**

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:

Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal;

Não mantiver a proposta.



A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

Multa pela inexecução total ou parcial do contrato será aplicada na razão de 0,33% (zero vírgula trinta e três pontos percentuais), calculado por dia de atraso, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da ata.

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a

Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a

Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da



pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cordilheira Alta/SC, 27 de março 2023.

---

**ANDRESSA BREANCINI**  
Presidente da Comissão

---

**ANGELITA GABRIEL**  
Membro da Comissão

---

**TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA**  
Membro da Comissão

/2023.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 09/08/2023.

IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 12/04/2023.

V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 08/08/2023.

VI – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial, com validade 09/04/2023;

VII – Contrato social

Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 8.666/93 e, após efetuar as análises cabíveis, inclusive relativas à documentação de habilitação exigível, considerando, finalmente, o disposto no Art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, a Comissão de Licitação do Município de Cordilheira Alta, entende justificada a inexigibilidade de licitação para contratação de jornal impresso.

## **VI- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**



A vigência contratual será de **DOZE MESES**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, nos termos da Lei n. 8.666/93.

## **DOS SERVIÇOS**

Os serviços deverão ser prestados Garantia de disponibilidade de conexão junto ao sistema do IPG/SC, de segunda a sexta, durante toda a vigência do contrato, das 07:30 as 17hs, fazendo a transmissão correta das informações entre as instituições, respeitando as normas da LGPD.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

## **VIII - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Rudimar Marafon, matrícula n. 13730/01, Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento que atuará como representante institucional, nos termos do art. 67 da Lei n. 8666/1993.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;



Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;

Efetuar o pagamento à contratada no valor, prazo e forma estabelecidos no edital;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **X- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Instalação do software que deverá fazer a conexão entre o Município de Cordilheira Alta e o IGP/SC, de modo a fazer a transferência de informações referente à captura de imagens, o confronto biométrico, bem como dados pessoais e outros dados necessários, dos cidadãos que irão solicitar a renovação ou primeira emissão de documento de identidade, de modo a possibilitar os processamentos dos cadastros de identificação para a emissão do referido documento, armazenando os dados junto ao IGP/SC, conforme Termo de Cooperação Técnica com o órgão. Inclui também suporte técnico sempre que necessário.

**O sistema deverá ser implantado e funcionar em até 5 (cinco) dias corridos após a data de contratação e assinatura do contrato.**

Efetuar a entrega em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei n. 8.078/1990;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em prazo hábil, o objeto com avarias ou defeitos;



Comunicar o contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Arcar com o pagamento de todos os tributos envolvidos, bem como com transportes/deslocamentos. Efetuar a entrega nos locais indicados.

## **XI - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor total para execução do presente objeto é **R\$ 1.600,00** (Hum mil e Seiscentos Reais).

O pagamento será efetuado, em até 10 dias após a instalação do software em pleno funcionamento, com a apresentação da respectiva nota fiscal, que deverá estar atestada pelo gestor do contrato.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Projeto Atividade 2.093 – Elemento 3.3.90 – Despesa 12.

## **XII - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O valor da contratação afere-se pelo preço estabelecido conforme licitação do IGP/SC, descrito no ANEXO I do Termo de Cooperação Técnica nº 2021TN000038/IGP, datado de 11 de junho de 2021, firmado entre o Município de Cordilheira Alta e o Estado de Santa Catarina, por meio do Instituto Geral de Perícias (atualmente Polícia Científica de Santa Catarina).

Em verificação á outros contratos efetuados pela empresa Griaule, (anexos aos autos deste processo) sendo do Município Fraiburgo/SC e Ilhota/SC observa-se que o valor está condizente ao que já vem sendo executado no mercado pela empresa.

## **XII – DAS PENALIDADES**

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:



Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal;

Não mantiver a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

Multa pela inexecução total ou parcial do contrato será aplicada na razão de 0,33% (zero vírgula trinta e três pontos percentuais), calculado por dia de atraso, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da ata.

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a

Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a

Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cordilheira Alta/SC, 27 de março 2023.

---

**ANDRESSA BREANCINI**

Presidente da Comissão

---

**ANGELITA GABRIEL**

Membro da Comissão

---

**TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA**

Membro da Comissão